

Um otimista cauteloso

O último ato político do final desta primeira metade da sessão legislativa foi a assinatura, ontem, no Palácio do Planalto, da mensagem atribuindo poderes constituintes ao futuro Congresso, ato equiparado à convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. O Presidente, que se desincumbia de uma das missões, que lhe foi atribuída pela Aliança Democrática, tinha razões de euforia com a relativa e provisória quebra de tensões. Relativa e provisória porque elas traduzem um reexame pelo Governo e pela sociedade das duas principais iniciativas oficiais: a proposta de reforma agrária e o projeto de lei de negociação salarial.

O Sr José Sarney é uma natureza otimista e pessoa notoriamente bafejada pela boa sorte. Isso o ajuda a enfrentar situações difíceis, como a de desincumbir-se de gerir o país num momento de crise generalizada, em substituição a um Presidente que não chegou a assumir. Mas, se enfrenta de bom humor reuniões como a dos líderes do PMDB, seus convivas num jantar que reinaugurou o Palácio da Alvorada sob o signo das queixas e reclamações — ele não nomeará o irmão do Deputado Heráclito Fortes — sua prudência o detém na porta do conclave de donos de terra que se reuniram em Brasília para contestar o Ministro da Reforma Agrária e o presidente do INCRA.

O mesmo senso de oportunidade e a mesma cautela o conduziram a São Paulo, onde homenageou o intelectual Fernando Henrique Cardoso, distinguido com um prêmio por seus colegas daquele Estado, mas não cometeu a clássica imprudência dos Presidentes militares de recomendar candidaturas. Ele fez-se acompanhar de alguns ministros, entre eles o Sr Olavo Setúbal, que deixou expresso não estar participando de um ato político, pois não quer participar da querela no PFL sobre escolha de candidatos. Já se sabe que o Sr Cláudio Lembo, que é o próprio PFL na intimidade, apóia o Deputado Herbert Levy no seu esforço de desligar-se do PMDB e apoiar a candidatura do Sr Jânio Quadros.

O Presidente Sarney sabe que não pode interferir nos assuntos internos da Aliança Democrática e deve perceber que derrotas do PMDB em São Paulo e no Rio de Janeiro, para não aludir a outras que despontam no horizonte, podem abrir o caminho para o desmoronamento da sua base parlamentar, a perda de controle da campanha eleitoral da Constituinte e para a expansão da campanha pelas diretas em 1986. A estabilidade do mandato presidencial está pendente da consolidação da sua estrutura parlamentar. A dilaceração da Aliança Democrática e a divisão interna do PMDB, no qual 70 a 80 parlamentares assumem posição doutrinariamente tão nítida que os inibirá de assinar um pacto social ou que nome tenha, podem deixá-lo à mercê de maiorias eventuais.

Sua base de sustentação é precária, já agora. A oportunidade de consolidá-la seria a definição de um partido sob sua liderança, coisa a que não se arrisca pelo menos até que se evidencie a desmontagem do PMDB. O pacto, por ele imaginado, terá de ser fluido no conteúdo e na forma para que obtenha assinaturas que pouco significarão. O de que ele precisa é um partido, que não tem, e de bases regionais que se deterioram, como a de São Paulo e a de Minas Gerais. O Presidente ultrapassará este ano, pelo menos até a eleição, sem problemas. Suas reservas de otimismo devem ser preservadas para os dias difíceis de 1986, quando terá de defender o protocolo da Aliança, o compromisso do mandato de quatro anos e a estabilidade que somente a Constituinte poderá consagrar. Reis podem promover pactos entre partidos e forças sociais. Para um Presidente, a tarefa é ingrata.

Da emenda constitucional

A redação inicial da emenda constitucional preparada pelo jurista Célio Borja autorizava enfaticamente o futuro Congresso, a que se atribuíam poderes constituintes, a rever, se assim o entendesse, a República e a Federação. Ora, esse é um erro técnico. Se se trata de uma emenda a ser votada pelo Congresso, é uma emenda à Constituição, que expressamente proíbe qualquer modificação no seu texto que ameace a República e a Federação.

Outro erro é atribuir ao presidente do Supremo Tribunal Federal o poder de instalar o futuro Congresso Constituinte. O Supremo poderá ser chamado a examinar a legitimidade da emenda, no todo ou em parte. Logo, não pode solidarizar-se com a instalação de um Congresso, cuja operação poderá ser contestada precisamente na suprema corte.

Dada a instabilidade do quadro político e sua pulverização, eminente jurista sugere que o Congresso Constituinte procure legitimar sua obra, submetendo-a a um referendo popular, à semelhança do que fez na França o General De Gaulle. A medida seria aconselhável também pela história republicana, que registra a cada eleição parlamentar uma quebra de nível intelectual dos seus membros.

Lyra sonha com Moncloa

O Ministro Fernando Lyra e o Embaixador da Espanha estão convidando para um seminário sobre os pactos de Moncloa a realizar-se nos dias 2, 3 e 4 de julho, no auditório do Ministério da Justiça. Líderes sindicais e congressistas espanhóis darão aulas sobre os efeitos dos pactos em seu país, como estímulo ao trabalho do Presidente José Sarney ao longo do recesso de julho.

Carlos Castello Branco